

Correio Popular – 06/11/2008

Opinião

Sujando nossa matriz

ARNALDO JARDIM

arnaldojardim@arnaldojardim.com.br

O Brasil é um caso de sucesso, com cerca de 80% da matriz formada por fontes renováveis de energia, enquanto países desenvolvidos buscam chegar a um nível de 10% para atender o Protocolo de Kyoto. Todavia, essa realidade que nos diferencia começa a perder espaço com o uso de fontes mais poluentes e caras que impactam no bolso dos brasileiros.

Estudo do **Instituto Acende Brasil** alerta que os resultados dos últimos leilões de energia nova, realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), apontam para um aumento significativo do uso de termelétricas movidas a óleo combustível. Considerando os últimos sete remates de energia nova, realizados desde 2005, conta-se que foram comercializados mais de 5 mil MW médios de energia de projetos deste tipo, 35% do total negociado, de cerca de 14 mil MW médios.

Desta maneira, somos o único País a sustentar o crescimento de seu parque gerador com base nessa fonte de energia, que geralmente é utilizada para complementar o suprimento em períodos de pico e não continuamente.

Estimativas apontam que a conta do acionamento das térmicas a óleo combustível já ultrapassou a barreira dos R\$ 1,2 bilhão e começa a pressionar as tarifas das distribuidoras. Afinal, a geração térmica a óleo combustível apresenta um custo de R\$ 382,00 MWh, muito acima do registrado pela geração hidroelétrica (R\$ 105,00/MWh) e pela geração térmica a gás natural (R\$ 164/MWh).

Em São Paulo, por exemplo, o reajuste anunciado pela Aneel será de até 16,36% e atingirá mais de 2,5 milhões de consumidores. O peso do uso deste tipo de térmica responde por 2,3% do aumento da CPFL Piratininga e por 3,16% da Bandeirante.

Na prática, este quadro é resultado de um conjunto de fatores desfavoráveis e da ausência de um plano estratégico para a definição da nossa matriz energética, capaz de estabelecer o papel que cada fonte deve desempenhar, seja a hídrica, o gás natural, a biomassa, a nuclear, entre outras.

O nosso sistema elétrico vem padecendo da escassez de projetos de hidroelétricas, principalmente pelas barreiras impostas na concessão de licenciamento ambiental. Enquanto o gás natural atravessa uma crise crônica de abastecimento. Sem falar no resultado do primeiro leilão de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar, que deixou muito a desejar. No leilão realizado pela Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE), as usinas sucroalcooleiras comercializaram apenas 548 MW de energia, para entrega a partir de 2009. Fato que inclusive ensejou a realização de audiência pública na Comissão de Minas e Energia, ainda sem data para sua realização.

Nós, parlamentares, devemos concentrar esforços para produzir a segurança regulatória necessária, no sentido de evitar a consolidação de um quadro de instabilidade energética no médio prazo, seja pela inércia ou pelo viés intervencionista.

Enquanto a Lei do Gás continua empacada nos corredores do Senado, já existem membros da base aliada interessados em alterações profundas na Lei do Petróleo, para dar mais poder ao governo e à Petrobras, em detrimento dos investidores privados. Assim como na Câmara dos Deputados ainda não conseguimos avançar na aprovação

da Lei das Agências, uma garantia de independência técnica, política e financeira fundamental para estabelecermos um ambiente estável para novos investimentos.

Em meio a este "tsunami financeiro" que pode contaminar a economia real, inibindo a atividade industrial, o insumo energia não pode ser mais um componente de risco para a sustentabilidade econômica. Afinal, essa crise vai passar e, depois da tempestade, sempre vem a bonança. Precisamos de alicerces fortes para iniciar um novo ciclo de crescimento e a questão energia é estratégica.

Arnaldo Jardim, deputado (PPS-SP), é membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal.